

# ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Biegging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-633-3

2026

*Evely Carine da Silva  
Vivianne Souza de Oliveira Nascimento*

## **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: O ESTADO DA QUESTÃO**

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as discussões acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), implementado pelo Decreto nº 7.234/2010 e sua relação com o Ensino Médio Integrado existente na produção científica brasileira, motivada pela interrogativa: quais têm sido as discussões acerca do PNAES e sua relação com o Ensino Médio Integrado na Educação Profissional, um campo existente na produção científica brasileira? O estudo trata de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, constituída a partir do procedimento metodológico. O estado da questão é feito sobre o objeto de pesquisa a partir de dissertações e teses publicadas na plataforma da Oásisbr, lócus de pesquisa, entre 2019 e 2023, contemplando publicações de Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), dos quais foram analisadas 3 pesquisas. Evidencia-se, com esse estudo, a complexidade do tema, assim como a necessidade de mais produções acadêmicas sobre outros elementos que apareceram em menor quantidade ou que porventura não apareceram nos trabalhos analisados, sendo esta parte do compromisso dos pesquisadores para o fortalecimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil.

**Palavras-chave:** Programa Nacional de Assistência Estudantil. PNAES. Ensino Médio Integrado. Estado da Questão.

### **ABSTRACT**

*This paper aims to analyze the discussions regarding the National Student Assistance Program (PNAES), implemented by Decree No. 7,234/2010, and its relationship with the Integrated High School within Brazilian scientific production. It is motivated by the following question: what have been the discussions concerning PNAES and its relationship with the Integrated High School in Professional Education, an existing field in Brazilian scientific production? The study consists of qualitative bibliographic research, based on a defined methodological procedure. The state of the question regarding the research object is conducted through dissertations and theses published on the Oásistr platform, the research locus, between 2019 and 2023, encompassing publications from Federal Institutes of Higher Education (IFES), from which 3 studies were analyzed. This study highlights the complexity of the theme, as well as the need for further academic production on other elements that appeared to a lesser extent or that perhaps did not appear in the analyzed works. This constitutes part of the researchers' commitment to strengthening the Integrated High School within Professional Education in Brazil.*

**Keywords:** *National Student Assistance Program. PNAES. Integrated High School. State of the Question.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo situa-se na área da educação, no campo epistêmico da área Profissional. O estudo tem por objetivo analisar as discussões acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), implementado por meio do Decreto nº 7.234/2010, e sua relação com a Educação Profissional existente na produção científica brasileira, motivada pela interrogativa: quais têm sido as discussões acerca do PNAES e qual é a sua relação com o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, um campo existente na produção científica brasileira?

A pertinência desse artigo se julga pela importância histórica das ações da Assistência Estudantil na permanência dos estudantes do Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais, norteadoras da implantação de ações que venham contribuir para o pleno desenvolvimento de seus estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e garantir a sua permanência e êxito, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão escolar.

A metodologia da pesquisa será apresentada em seção própria, tendo em vista os procedimentos recomendados para elaboração de pesquisa relacionadas ao Estado da Questão, de acordo com estudos de Nobrega-Therrien e Therrien (2004).

O referencial teórico desta pesquisa relaciona-se aos estudos de Amaral e Nascimento (2010); Barbosa (2009); Harvey (2008); Katzman (2005); Moura (2013); Severino (2016) e Vasconcelos (2010).

Esse artigo se organiza, portanto, em 6 sessões, quais sejam: 1) introdução, com aspectos gerais sobre o estudo; 2) os referenciais teóricos acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil e Ensino Médio Integrado; 3) aspectos metodológicos do estudo; 4) os resultados e discussões acerca dos trabalhos analisados para a

construção do Estado da questão; 5) as considerações finais, trazendo apontamentos conclusivos que a pesquisa permitiu alcançar; e 6) as referências bibliográficas utilizadas.

## PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: AVANÇOS E LIMITES

O debate sobre a permanência dos estudantes não é um tema recente. Desde 1970, o Ensino Superior no Brasil apresenta um processo de expansão devido a um aumento de instituições de Ensino Superior e ao crescimento das já existentes. Tal crescimento conseqüentemente aumentou o número de vagas para esse nível de ensino, de forma a possibilitar o acesso ao Ensino Superior e a melhoria das condições de vida aos jovens de classes mais baixas.

Mesmo diante da grande expansão, a permanência no Ensino Superior era incerta. A desigualdade educacional é um problema persistente para a população que sofre com a desigualdade socioeconômica no país, mesmo com a aprovação para cursar o Ensino Superior. Isso ocorre devido às dificuldades de permanência até completar a formação. Assim, para a democratização do Ensino Superior, precisavam ser criadas políticas públicas compensatórias a fim de garantir acesso e permanência de alunos de baixa renda em instituição de Ensino Superior federal.

Em 1988, a Constituição Federal (CF) estabeleceu diretrizes e princípios que orientam a formulação e implementação das políticas públicas no país. Entre essas diretrizes, estão os princípios de igualdade, que estabelece a todos direitos iguais perante a lei, a igualdade

de direitos e oportunidades, o direito à saúde, educação, trabalho digno e moradia, o princípio da dignidade da pessoa humana, os direitos sociais e econômicos e a participação popular.

Nesse contexto, uma política pública é definida como o conjunto de ações e programas implementadas por governos ou instituições governamentais para abordar questões e problemas de interesse público. Ou seja, é o conjunto de medidas e diretrizes que o governo adota para atingir metas específicas e atender as necessidades da sociedade como um todo. Geralmente, ela envolve a formulação de objetivos claros, alocação de recursos, a implementação de programas e avaliação de resultados alcançados. Podem, também, abranger uma ampla gama de áreas, como educação, saúde, segurança, meio ambiente, economia, transporte e bem-estar social (Medeiros, 2023).

Com o objetivo de ampliar as condições de permanência de alunos de nível superior público federal, foi implementado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), iniciado já desde a promulgação da Constituição Federal e integrado do Plano Nacional de Educação (PNE) por meio do decreto nº 7234/2010.

Como resultado da correlação de forças políticas e sociais, a democratização de direitos garantidos pela constituição passou por vários processos de avanços e retrocessos. Um exemplo de uma dessas políticas é a Assistência Estudantil, atualmente implementada pela lei nº 14.914/2024, que tem como objetivo assegurar a continuidade de alunos de baixa renda em instituições federais de educação superior e técnica. A legislação reforça iniciativas já em vigor, como o Programa de Assistência Estudantil (PAE) e o Programa Bolsa Permanência (PBP), expandindo as vantagens e recursos destinados a alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com Vasconcelos (2010), a trajetória da assistência estudantil está conectada com a trajetória da assistência social.

Na carta magna a educação, ao lado de outras políticas sociais, a assistência estudantil é reconhecida como um direito social: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Por outro lado, a regulamentação da política ocorreu pela lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu os princípios em diferentes níveis da educação e destacou aspectos relacionados a assistência dos discentes na educação. O texto da referida lei especifica que:

Art. 4º O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VIII – atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1996, s.p).

Na educação superior, isso ocorreu anos mais tarde, quando a legislação autorizou que essa política seja ministrada por instituições de Ensino Superior públicas federais, com o objetivo de diminuir a evasão, garantir a frequência e impulsionar a conclusão dos cursos. Tal medida foi necessária pois os alunos reportavam problemas em conciliar o trabalho com os estudos, além de haver casos de mau desempenho acadêmico e reprovações, causados, entre outros fatores, pelos problemas financeiros dos alunos.

Nesse sentido, é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação de acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional (Vasconcelos, 2010).

Com isso, questões socioeconômicas não podem ser o fator principal que crie obstáculos para o acesso, permanência e influência nos resultados obtidos nos cursos de Ensino Superior. Dessa forma, Vasconcelos (2010), também compreende que a assistência estudantil possibilita recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, o que permite que o estudante desenvolva sua graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando situações de abandono e trancamento de matrícula.

Nesse contexto, Barbosa (2009 p. 39) dá mais relevância a assistência estudantil, definindo-o como

[...] O conjunto de políticas realizadas através de programas de promoção, assistência e apoio, que tem como objetivo principal, criar condições que contribuem para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de Ensino Superior, melhorando sua qualidade devida e consequentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

Amaral e Nascimento (2010 p. 3) reafirmam o conceito ao dizerem que

[...] Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devem ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.

Observa-se que a Assistência Estudantil tem grande relevância no Brasil devido à alta taxa de desigualdade social, que também é marcada pela falta de frequência de pessoas carentes em instituições públicas. Ela está expressa no Plano Nacional de Educação (PNE), o qual estabelece, como um dos objetivos e metas da educação superior, "estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrarem bom desempenho acadêmico" (Brasil, 2001).

Com o objetivo de ampliar as condições de permanência de alunos de nível superior público federal, foi implementado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), iniciado já desde a promulgação da Constituição Federal e integrado do Plano Nacional de Educação (PNE) por meio do decreto nº 7234/2010. Esta política, em sua concepção, visava sua implementação apenas na educação pública federal nível superior oferecida pelas universidades:

Art. 1º O programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Brasil, 2010).

No entanto, posteriormente também surgiu o entendimento da aplicação da lei aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), devido à sua natureza jurídica sobre o que se trata ao enquadramento na oferta de assistência estudantil. Os IFs apresentam peculiaridades das demais instituições de Ensino Superior, por se constituírem como instituições de Ensino Superior, assim como de Educação Básica e Profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

De acordo com o Capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 39, §2º Lei n.º 9.394/96 alterada pela Lei n.º 11.741/2008), a Educação Profissional e Tecnológica, de natureza dos IFs, abrange os cursos de:

- I. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II. Educação profissional técnica de nível médio;
- III. Educação profissional tecnológica, de graduação e de pós-graduação (Brasil, 1996).

Compreendemos por formação continuada aquela que tem como objetivo a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade. Tal definição parte do Art. 7º, inciso II da Lei nº 11.892/2008, uma vez que não consta conceituação na LDBEN. Esses cursos devem contar com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas (Art. 5º, §1º, Lei nº 12.513/2011).

Dentro das ofertas dos IFs, educação profissional técnica de nível médio é formada para preparação geral para o trabalho e na habilitação profissional. É desenvolvida para os alunos que cursam o ensino médio ou subsequente (aqueles que já concluíram o ensino médio). A educação profissional de nível tecnológico consiste nos cursos superiores de tecnologia e tem como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias (Resolução CNE/CP nº3, 2002). Os cursos são estruturados em 13 eixos tecnológicos com carga horária mínima de 1.600, 2.000 ou 2.400 horas de acordo com o curso, sendo que sua oferta deve possibilitar o itinerário formativo (Brasil, 2016).

Após sua implementação, os IFs passaram a ter financiamentos com recursos advindos de fundos federais destinados para a assistência estudantil, em que cada matriz possui uma gestão autônoma, a qual visa a garantia de benefícios para a permanência dos estudantes.

Após o breve relato legislativo e jurídico do aparato brasileiro, é possível perceber que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, juntamente com a sociedade. A educação visa o pleno desenvolvimento do ser humano, como preparo para seu dia a dia e para o trabalho, conforme preconizado tanto pela constituição quanto pelas demais legislações expostas, de forma a garantir condições para o acesso e permanência na escola ao aluno.

Segundo pesquisas feitas para desenvolvimento desse estudo, em escolas brasileiras de nível socioeconômico muito baixo, há uma grande evasão de alunos devido a dificuldades de acesso, infraestrutura precária e vulnerabilidade social. Esses alunos acabam desistindo de frequentar a escola e sofrem o retardamento de aprendizagem, aumentando, assim, riscos sociais tais como desemprego, violência e dificuldades de acesso a serviços públicos.

Alguns programas como bolsa família e os instrumentos sociais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir da proteção social, são importantes instrumentos que tentam garantir a permanência de crianças na escola, garantir a superação da extrema pobreza e acesso aos benefícios sociais e serviços públicos. O Estado brasileiro traz a seguinte definição de proteção social:

[...] Conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (Brasil, 2005, p. 90).

Tais situações evidenciam que, por um lado, há fortalecimento dos serviços e políticas assistenciais que visam à inserção social e à garantia de proteção social ao indivíduo e à família em situação de vulnerabilidade social em decorrência das condições de pobreza e extrema pobreza. Por outro lado, fica evidente a problemática da evasão escolar, que é crescente, principalmente nos anos finais ao Ensino Médio, podendo contribuir para o agravamento das condições de pobreza e desigualdade social do país.

Nesta perspectiva, a educação deve ser concebida como uma ferramenta capaz de transformar a realidade e conferir unidade entre a escola e a sociedade, uma vez que é impossível educar com igualdade crianças situadas em distintas posições, tanto quanto ao acesso e permanência na escola ou às oportunidades reais

de formação educacional, ou seja, do usufruto do direito universal à educação básica.

O PNAES exerce um papel crucial para os estudantes dos Institutos Federais de Educação, tendo como principal objetivo garantir o acesso e conciliar o Ensino Médio e a educação técnica, superando dificuldades socioeconômicas que poderiam comprometer a continuidade e conclusão dos estudos.

Moura (2013), destaca que políticas públicas para o Ensino Médio e a educação profissional, nos anos 2000, frequentemente foram conflitantes e mal articuladas. Para o autor, o Ensino Médio foi impulsionado como um espaço de formação geral e preparação para o Ensino Superior, de tal forma que a educação profissional foi muitas vezes tratada como um campo secundário e fragmentado. Essas contradições resultam em desafios significativos para a formação docente, que enfrentou dificuldades em alinhar a prática pedagógica com as diretrizes políticas, comprometendo a qualidade da educação profissional.

O Ensino Médio Integrado é uma ponte para a educação politécnica, pois ela está fundamentada na proposta de formar sujeitos que integram o saber científico, técnico e cultural. A educação politécnica vai além da formação técnica: ela defende a educação integral, crítica e humanizadora. Para Saviani (2003), a ideia de politecnica contribui para estreitar a relação entre trabalho intelectual e trabalho manual, pois politecnica significa “múltiplas técnicas” e envolve o domínio dos fundamentos científicos, promovendo um processo de trabalho que integra indissociavelmente os aspectos manuais e intelectuais. Para Saviani, essa concepção educacional é crucial para avançar além das limitações impostas pela educação tradicional burguesa, permitindo uma formação completa e integrada dos trabalhadores, o que é essencial para uma educação que atenda às necessidades da classe trabalhadora e as faça consciente do papel que exercem na sociedade.

A relevância da politecnicidade está em sua capacidade de proporcionar uma educação que não apenas capacite os indivíduos tecnicamente, mas também os prepare intelectualmente para compreender e criticar o sistema capitalista. Saviani (2003) vê na politecnicidade uma ferramenta para a formação de uma consciência crítica entre os trabalhadores, o que é fundamental para a tomada de consciência de classe. Esta abordagem educacional, portanto, não se limita a oferecer habilidades técnicas, mas também promove a formação do indivíduo crítico, essencial para a emancipação dos trabalhadores e a transformação social.

Neste ponto, é oportuna a explanação feita por Moura (2013, p. 713), quanto a ser o ensino médio integrado uma possibilidade ou “travessia” para a formação omnilateral:

Após revisitar a questão educacional em Marx e Engels e em Gramsci [...] defende-se que a concepção educacional desses autores está pensada tendo como lócus para a sua materialização a sociedade futura (socialista) e que, dessa forma, atualmente ainda não se pode concretizar a politecnicidade e a escola unitária em seus sentidos plenos para todos. Isso só será possível em uma perspectiva de futuro. Não obstante, também se conclui, a partir do pensamento desses autores, que é possível, e necessário, plantar e cuidar para que cresçam as sementes da formação humana integral, aproveitando-se das contradições do sistema capitalista. Para tanto, no caminho para a travessia em direção à escola unitária, laica, politécnica, universal, pública e gratuita é necessário reclamar por escolas técnicas (teóricas e práticas), nas quais está o germe do ensino que poderá elevar a educação da classe operária bastante acima do nível das classes superior e média.

Tornando compreensível uma questão conceitual, ressalta-se que o autor citado, na obra referenciada, conclui que a escola unitária vai ao encontro da formação humana integral, afirmando ser o lugar onde ela deverá ocorrer e apontando um vínculo entre a escola unitária e a formação politécnica, ambos em prol da formação omnilateral.

Esse modelo de formação omnilateral propicia uma educação que visa emancipar o ser humano, conectando-o ao trabalho, conhecimento e cidadania. Essa formação proporciona o acesso a saberes científicos, artísticos e culturais da maneira ampla. Isso faz com que os indivíduos de todas as classes sociais desenvolvam suas capacidades de maneira plena, aumentando seu entendimento acerca do mundo e sua autonomia intelectual.

Nesse contexto, o PNAES e o Ensino Médio Integrado se complementam na promoção de uma educação inclusiva, integral e emancipatória. O EMI busca integrar a formação acadêmica e técnica, preparando os estudantes para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania crítica e o PNAES se torna essencial para garantia de permanência dos alunos, oferecendo apoio financeiro, psicológico e pedagógico. Ou seja, o PNAES permite que os alunos se concentrem na formação acadêmica e profissional, superando barreiras impostas por situações de vulnerabilidade.

## METODOLOGIA

O presente estudo se trata de uma pesquisa qualitativa que, para Severino (2016), não se refere a uma metodologia específica, mas a uma abordagem que podem envolver diferentes referências epistemológicas e metodológicas relacionadas às ciências humanas.

As informações e os dados coletados serão verificados e compreendidos a partir do uso da análise temática, cujo procedimento “[...] procura ouvir o autor, apreender, sem intervir nele, o conteúdo de sua mensagem. Praticamente, trata-se de fazer ao texto uma série de pergunta cujas respostas fornecem o conteúdo da mensagem” (Severino, 2016, p. 60). O autor organiza o procedimento metodológico a partir de 4 etapas: 1) busca-se saber do que trata o texto; 2) a compreensão da problemática da pesquisa; 3) entender quais ideias são defendidas

pelo autor, ou seja, a compreensão da tese; 4) conhecer como o autor demonstra sua tese e como comprova sua posição e seus raciocínios.

A pesquisa tem como objeto de estudo o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e foi realizada na forma de um Estado da Questão, que visa delimitar e caracterizar o objeto (específico) da investigação. Para Nóbrega-Therrien e Therrien (2004), o Estado da Questão configura então o esclarecimento da posição do pesquisador e seu objeto de estudo na elaboração de um texto narrativo, a concepção da ciência e sua contribuição epistêmica no campo do conhecimento.

Para a realização dessa pesquisa, foram feitos levantamentos bibliográficos usando como procedimento de pesquisa o estado da questão, que tem como objetivo verificar o estado do conhecimento daquilo que foi pretendido investigar. Este estudo utilizou os critérios de inclusão e exclusão para seleção dos trabalhos a partir dos descritores “Programa Nacional de Assistência Estudantil” e “PNAES”, a partir do marco temporal entre 2019 e 2023.

O repositório de pesquisa utilizado para localização desses trabalhos foi a plataforma da OASISBR, onde foi efetivado o critério de inclusão e exclusão para seleção de dissertações e teses. Foi realizada uma leitura prévia dos trabalhos encontrados na busca com os descritores especificados foram encontrados 17 estudos que tratavam, em seu título, sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil ou PNAES. Eles, então, foram analisados a fim de responder à questão de pesquisa que norteou esse trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instaurado como política pública para garantia de permanência dos estudantes em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto nº 7.234.

Desde então, tem sido implementado nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Após esse marco acerca desse assunto, ele vem sendo objeto de várias pesquisas acadêmicas para analisar como essa política vem sendo implementada e as melhorias que elas trazem para que os alunos do ensino médio e superior consigam concluir seus respectivos cursos de forma satisfatória e eficaz.

Nesse sentido, durante a aplicação da metodologia do estado da questão referenciado nos estudos de Nobrega-Therrien e Therrien (2004), como a definição dos descritores “Programa Nacional de Assistência Estudantil” e/ou “PNAES” e a sua busca na base de dados Oasisbr, observaram-se os resultados obtidos na plataforma. A pesquisa foi realizada no dia 20 de setembro de 2024, às 20h31min. 12seg, selecionando a opção de teses e dissertações e o período de 2019 a 2023. Com esses parâmetros, chegou-se a um total de 17 trabalhos e, após a leitura do título das pesquisas, constatou-se que apenas 03 trabalhos atendem aos critérios da investigação estabelecidos *a priori*. O quadro a seguir apresenta os estudos selecionados:

**Quadro 01** – Quadro geral dos trabalhos selecionados

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Gênero</b>	<b>Ano</b>	<b>Lócus</b>
Damião Noel Rocha	Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma análise sobre a Implementação no Instituto Federal de Minas Gerais – campus São João Evangelista.	Dissertação	2019	Instituto Federal de Minas Gerais – campus São João Evangelista
Moya Carla da Costa Surdine.	O financiamento do Programa Nacional De Assistência Estudantil (PNAES) no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES): entre ganhos, perdas e lutas.	Dissertação	2020	Instituto Federal do Espírito Santo - IFES
Ramão Correa e Marília Patta Ramos.	O processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que atuam no estado do Rio Grande do Sul: atores, contextos e quadros normativos.	Tese	2020	Institutos Federais do Rio Grande do Sul

Fonte: elaboração própria, com bases no Oásisbr (2024).

De acordo com o quadro 01, observa-se a existência de uma dissertação produzida no ano de 2019, uma dissertação em 2020 e uma tese em 2020. De posse dessas informações, é possível que as pesquisas sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil realizada nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia encontradas na plataforma Oasisbr são escassas nos últimos cinco anos (2019-2023).

Em 2019, foi identificado apenas 1 trabalho que tinha em seu título um ou mais descritores eleitos para seleção e desenvolvimento desse estudo, conforme quadro a seguir:

**Quadro 02 – Trabalhos publicados nos repositórios da OÁSISBR no ano de 2019**

TÍTULO	AUTORIA
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma análise sobre a Implementação no Instituto Federal de Minas Gerais – campus São João Evangelista.	Damião Noel Rocha

*Fonte: elaboração própria, com bases no Oásisbr (2024).*

A partir da análise do trabalho mencionado no Quadro 02, são apontados os seguintes elementos: o estudo de Rocha (2019, p.7), em sua dissertação focada no PNAES e sua implementação no Instituto Federal de Minas Gerais- campus São João Evangelista, se refere às bolsas de cunho socioeconômico e de mérito acadêmico. Segundo resultados dessa pesquisa, a execução adotada pela instituição em sua Política de Assistência Estudantil (PAE) apresenta falhas que contribuem para lentidão do processo e atraso no atendimento de alunos em situação de vulnerabilidade.

Os resultados encontrados por Rocha (2019) permitem uma aproximação com a concepção de vulnerabilidade social desenvolvida por Katzman (2005). Ao identificar falhas na execução da Política de Assistência Estudantil do IFMG – Campus São João Evangelista, especialmente no que se refere à morosidade dos processos e ao atraso no atendimento dos estudantes, a pesquisa evidencia que a

insuficiência ou a demora no acesso aos auxílios estudantis pode agravar situações de fragilidade social já existentes. Nesse sentido, a vulnerabilidade não se restringe à condição de pobreza ou à insuficiência de renda, mas envolve a exposição dos indivíduos a riscos que comprometem sua permanência e seu desenvolvimento educacional. Assim, quando a assistência estudantil não consegue atender os estudantes em tempo oportuno, amplia-se a possibilidade de agravamento das condições que dificultam a continuidade dos estudos.

Nessa perspectiva, a análise de Rocha (2019) dialoga com Katzman (2005) ao demonstrar que a vulnerabilidade social deve ser compreendida como uma condição que transcende a pobreza material e incorpora a possibilidade de agravamento futuro das privações presentes. Para Katzman (2005), os indivíduos vulneráveis são aqueles que, além de enfrentarem limitações concretas no presente, possuem reduzida capacidade de acessar oportunidades e recursos capazes de protegê-los de situações de risco. Tal entendimento permite interpretar que os atrasos e limitações na operacionalização da assistência estudantil podem representar um fator de ampliação da vulnerabilidade, uma vez que comprometem o acesso dos estudantes aos mecanismos institucionais destinados à sua proteção social. Desse modo, a efetividade das políticas de assistência estudantil torna-se fundamental não apenas para o enfrentamento das dificuldades socioeconômicas imediatas, mas também para a prevenção de processos de exclusão educacional e social que podem se consolidar ao longo da trajetória acadêmica dos estudantes.

Para democratização da educação, Vasconcelos (2010) estabelece que a assistência estudantil tem como intenção prover recursos necessários para transposição de obstáculos e superação de impedimentos ao bom desempenho acadêmico e curricular, minimizando, assim, o percentual de abandono e trancamento de matrícula.

Portanto, esse modelo de educação e assistência social tem trazido um novo padrão de segurança, assegurando direitos,

superando as práticas assistencialistas. Nesse novo contexto, a educação passou a ser um direito público de acesso a todas as classes sociais, devendo o Estado proporcionar condições de forma igualitária.

Em 2020, 10 estudos que atendiam aos descritores da presente pesquisa foram publicados no OasisBR, mas apenas 2 foram selecionados a partir dos critérios de inclusão e exclusão, considerando também o lócus de pesquisa para melhor análise do objeto. O primeiro é uma dissertação e o segundo, uma tese.

**Quadro 3 – Trabalhos Publicados nos Repositórios da OÁSISBR no ano de 2020**

TÍTULO	AUTORIA
O financiamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES): entre ganhos, perdas e lutas	Moya Carla da Costa Surdine
O processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que atuam no estado do Rio Grande do Sul: atores, contextos e quadros normativos.	Ramão Correa e Marília Patta Ramos

*Fonte: Oásisbr (2020). Elaboração própria, 2024.*

Dos trabalhos listados, são destacados os seguintes elementos: Surdine (2020), que denomina sua dissertação de “O financiamento do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES): entre ganhos, perdas e lutas”, o qual objetivou analisar o financiamento da política de assistência estudantil no Ifes durante os anos de 2012 a 2018, período em que foram observado alguns pontos referentes aos desafios vivenciados cotidianamente por estudantes, profissionais e gestores do Ifes, a partir da redução de recursos das políticas sociais. Tal processo se agrava com a focalização ainda maior dos programas nos campos das políticas de assistência estudantil, conforme a tendência neoliberal (Surdine, 2020).

A política de assistência estudantil atualmente se tornou algo contraditório, ao democratizar o acesso público a universidade

no contexto da agenda política econômica neoliberal. Harvey (2008) avalia a crescente desigualdade social que surgiu em resposta ao neoliberalismo, o qual, embora tenha promovido um crescimento econômico em alguns contextos, também exacerbou as disparidades e crises sociais. Segundo o autor analisa, essas implicações de política para a democracia também atingiram o bem-estar social e econômico.

Na sequência, o estudo de Correa e Patta (2020) destaca o caráter adaptativo do processo de implementação do PNAES nos IFES do Rio Grande do Sul, materializado por atores que participam da formulação, implementação e operacionalização dessas políticas nos *campi*, que correspondem a gestores, professores, técnicos administrativos e estudantes. Esses indivíduos são importantes para implementação do programa a partir de um processo denominado de *bottom-up*. Esse termo significa uma abordagem que parte de baixo para cima, com uma importante participação dos atores que estão mais próximos da execução, como os burocratas de nível de rua<sup>1</sup>. Esses burocratas da linha de frente, exercem um papel significativo para formulação de práticas das políticas. Suas rotinas de trabalho e os dispositivos construídos para lidar com as incertezas e pressões inerentes ao trabalho diário tornam-se, efetivamente, as Políticas Públicas (Lipsky, 2019).

Assim, o estudo de Correa e Patta (2020) demonstrou em que há uma diferenciação por parte dos burocratas de como a política é materializada em três Institutos Federais do Rio Grande do Sul, partindo das necessidades específicas e recursos disponíveis para operacionalização do programa. A área da alimentação, por exemplo, é destinada exclusivamente aos estudantes com perfil para atendimentos, ou seja, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e que se enquadre nas condições de vulnerabilidade social.

1 Os trabalhadores do serviço público que interagem diretamente com os cidadãos no decurso dos seus trabalhos e que têm poder substancial na execução de seu trabalho são chamados de *burocratas de nível de rua* (Lipsky, 2019, p. 37).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi desenvolvida a partir do procedimento metodológico o estado da questão, acerca de sua problemática a quais tem sido suas discussões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), implementado por meio do Decreto nº 7.234/2010 e sua relação com o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional campo existente na produção científica.

A partir de buscas na plataforma da Oasisbr, os resultados das pesquisas a partir dos descritores escolhidos, foram localizados o total de 17 trabalhos entre os anos de 2019 e 2023. Após análise detalhada com critério de inclusão e exclusão, foram selecionadas 3 pesquisas, correspondentes a dissertações e teses, que tinha como locus de pesquisa os Institutos Federais.

O estado da questão referente ao objeto dessa pesquisa mostrou que o PNAES é um tema de grande relevância, pois essas pesquisas revelam como essa política contribui para a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e como facilita o acesso à educação. Do mesmo modo, foi possível observar a importância da socialização de mais estudos no campo da educação Profissional.

Como já mencionado nesse estudo, cabe reiterar que o PNAES é uma política que norteia a implementação de programas para inclusão e permanência dos estudantes no Ensino Médio Integrado em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esses programas contribuem para o pleno desenvolvimentos de seus estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, combatendo a repetência e evasão escolar dos alunos matriculados nos IFES.

Assim sendo, evidencia-se, com esse estudo, tanto a complexidade do tema como a necessidade de mais produções acadêmicas sobre outros elementos que apareceram em menor quantidade ou

que porventura não apareceram nos trabalhos analisados, sendo esta parte do compromisso dos pesquisadores para o fortalecimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Regiane da Silva; NASCIMENTO, Sara Diniz. Diagnóstico situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico. *In: Anais do Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica*, Maceió: IFAL, 2010.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 02 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 08 de outubro 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 21 de set. 2024.

**BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno**. Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 2002. Disponível em: Portal do MEC – Resolução CNE/CP nº 3/2002. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3. ed. Brasília, DF: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 08 de outubro 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm). Acesso em 02 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 02 jun. 2026.

CORREA, Ramão; RAMOS, Marília Patta. **Um modelo de análise para o estudo do processo de implementação das políticas públicas:** o caso do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Políticas públicas: questões teórico-metodológicas emergentes. Porto Alegre: Ed. UFRGS; CEGOV, 2020. p. 290-310.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** histórias e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KATZTMAN, R. Segregacion espacial, empleo y pobreza en Montevideo. *In: Revista de la CEPAL.* 85. Santiago de Chile: CEPAL. 2005.

LIPSKY, Michael. **Burocracia do nível de rua:** dilemas do indivíduo no serviço público. Tradutor: Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: ENAP, 2019.

MEDEIROS, Rosélia. **Dicionário Ambiental.** Verbetes "política pública". São Paulo, 18 de jul. de 2023. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/politica-publica/>. Acesso em: 14 de set. de 2024.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral. **Educ. Pesquisa,** São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

MOURA, Dante. Ensino médio e educação profissional nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, Dante (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Porto Alegre: Mercado das Letras, 2013.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; TERRIEN, J. Trabalhos científicos e o estado da questão. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 5–16, 2004. DOI: 10.18222/eae153020042148. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148>. Acesso em: 5 out. 2024.

OASISBR – **Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto**. Sobre. Disponível em: [www.https://oasisbr.ibict.br/vufind/about/home.htm](http://www.https://oasisbr.ibict.br/vufind/about/home.htm). Acesso em: 14 set. 2024.

ROCHA, Damião Noel. **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma análise sobre a implementação no Instituto Federal de Minas Gerais** – campus São João Evangelista. 2019. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

RODRIGUES, Marta M. **Assumpção**. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24a Edição. São Paulo. Editora Cortez. 2016.

SURDINE, Mônia Carla da Costa. **O financiamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes): Entre ganhos, perdas e lutas**. 2020. 198 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória, 2020.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, jan./jun., 2010.

**Evely Carine da Silva**

Pedagoga. Discente do Mestrado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN).

*Email: [evely.carine@escolar.ifrn.edu.br](mailto:evely.carine@escolar.ifrn.edu.br)*

*ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1505-7156>*

**Vivianne Souza de Oliveira Nascimento**

Professora do IFRN no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e nos cursos superiores. Doutora em Educação.

*Email: [vivianne.oliveira@escolar.ifrn.edu.br](mailto:vivianne.oliveira@escolar.ifrn.edu.br)*